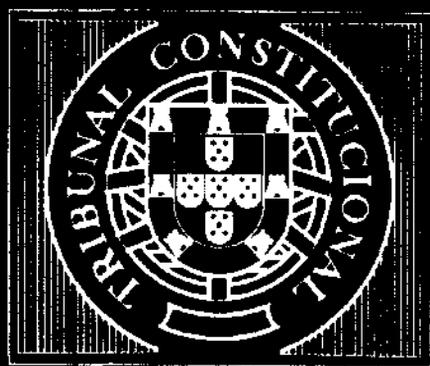


ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



74.º volume

2009

I — Acordãos do Tribunal Constitucional.....	3
1 — Fiscalizado preventiva da constitucionalidade.....	5
Acórdão n.º 26/09, de 20 de Janeiro de 2009 — Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas contidas nos artigos L.º e 2.º do Decreto Legislativo Regional, aprovado na sessão plenária de 16 de Dezembro de 2008, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, intitulado "Alteração á lei orgânica da Assembleia Legislativa".	7
2 — Fiscalizado abstracta da constitucionalidade e da legalidade.....	31
Acórdão n.º 30/09, de 20 de Janeiro de 2009 — Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade das normas contidas na totalidade dos artigos da Lei n.º 28/92, de 1 de Setembro (Lei de enquadramento do ornamento da Região Autónoma da Madeira).....	33
Acórdão n.º 32/09, de 20 de Janeiro de 2009 — Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade do artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto.....	41
Acórdão n.º 101/09, de 3 de Março de 2009 — Não declara a inconstitucionalidade formal da Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho; não toma conhecimento do pedido de fiscalização da legalidade da Lei n.º 32/2006; não declara a inconstitucionalidade material das normas dos artigos 4.º, n.º 2, 6.º, 7.º, n.º 3, conjugado com o artigo 30.º, n.º 2, alínea q), 9.º, n.ºs 2 a 5, conjugado com o artigo 30.º, n.º 2, alíneas e) e g), 10.º, 15.º, n.ºs 1 a 4, 19.º, n.º 1, 20.º, 21.º, 2A.º, 25.º, 27.º, 28.º, 29.º, 36.º e 39.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho (Lei da procriação medicamente assistida).....	51
Acórdão n.º 135/09, de 18 de Março de 2009 — Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 1.º (7.º), n.º 4, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1 / 1/94, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, interpretada no sentido de que, paga voluntariamente a coima, ao arguido não é consentido, na fase de impugnação	

judicial da decisão administrativa que aplicou a sanção acessória de inibição de conduzir, discutir a existência da infracção.....	129
Acórdão n.º 173/09, de 2 de Abril de 2009 — Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade do artigo 189.º, n.º 2, alínea b) do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (ORE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, na medida em que impõe que o juiz, na sentença que qualifique a insolvência como culposa, decreta a inabilitação do administrador da sociedade comercial declarada insolvente.....	145
Acórdão n.º 174/09, de 2 de Abril de 2009 — Não declara a Inconstitucionalidade do Regime Jurídico de Apropriação Pública por via de Nacionalização, aprovado em anexo à Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro.....	159
Acórdão n.º 185/09, de 21 de Abril de 2009 — Declara, com força obrigatória geral, a Inconstitucionalidade da norma constante do artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/A, de 9 de Julho (responsabilidade criminal no exercício da caça).....	169
Acórdão n.º 186/09, de 21 de Abril de 2009 — Declara, com força obrigatória geral, a Inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 1.º, n.º 6, e 2.º da Lei n.º 1/2004, de 15 de Janeiro, quando interpretados no sentido de que aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que, antes de 31 de Dezembro de 2003, hajam reunido os pressupostos para a aplicação do regime fixado pelo Decreto-Lei n.º 116/85, de 19 de Abril, e hajam requerido essa aplicação, deixa de ser reconhecido o direito a esse regime de aposentação pela circunstância de o respectivo processo ter sido enviado a Caixa, pelo serviço onde o interessado exercia funções, após a data da entrada em vigor da Lei n.º 1/2004.....	179
Acórdão n.º 187/09, de 22 de Abril de 2009 — Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, na parte em que submete ao regime do crime de desobediência qualificada quem conduzir veículos automóveis estando proibido de o fazer por força da aplicação da pena acessória prevista no artigo 69.º do Código Penal, constante de sentença criminal transitada em julgado.....	187
Acórdão n.º 188/09, de 22 de Abril de 2009 — Não declara a Inconstitucionalidade nem a ilegalidade das normas resultantes do artigo 101.º	

do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, quando conjugadas com as dos artigos 33.º e 34.º <i>do</i> mesmo diploma (limites das pensões de reforma).....	199
3 — Fiscalizábalo concreta da constitucionalidade e da legalidade	231
Acórdão n.º 13/09, de 13 de Janeiro de 2009 — Nao conhece do recurso por falta de idoneidade do seu objecto.....	233
Acórdão n.º 14/09, de 13 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma constante do artigo 68.º, alinea <i>a)</i> > do Regulamento do Piano Director Municipal de Sao Pedro do Sul, aprovado pela Assembleia Municipal de Sao Pedro do Sul em 23 de Fevereiro de 1995 e ratificado pela Resolu^ao do Conselho de Ministros n.º 105/95, de 13 de Ouctibro, na interpretado segundo a qual a utilizado de urna casa de habitado, existente em área incluída na Reserva Ecológica Nacional, como casa de hospedes, consubstancia urna alteragão de uso para efeito de proibigão de realizado de obras de reconstruyo e ampliagão na casa .em questáo.....	241
Acórdão n.º 15/09, de 13 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a interpretado normativa segundo a qual a pensão de aposentado atribuída pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 362/78, de 28 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 23/80, de 29 de Fevereiro, só pode ser concedida a quem tenha efectuado durante o período mínimo de servido (5 anos) os correspondentes descontos para efeito de aposentacao, nao sendo possível a regularizado retroactiva desses descontos ao abrigo <i>do</i> disposto <i>no</i> Estatuto da Aposentado.....	261
Acórdão n.º 22/09, de 14 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 6.º do Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, interpretado no sentido de que o locador goza da faculdade de denuncia, para o termo do período contratual ou da renova^ao em curso, relativamente ao arrendamento de predios rústicos para a prática de actividades desportivas, nao violando a directriz constante da alinea <i>c)</i> do n.º 2 da Lei n.º 42/90, de 10 de Agosto.....	279
Acórdão n.º 23/09, de 14 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma resultante da aplicagão conjugada da alinea <i>b)</i> do n.º 4 do artigo 105.º do Regime Geral das Infracc.oes Tributarias (RGIT), na redacto introduzida pela Lei n.º 53-A/2006, de 26 de Dezembro, e <i>do</i> n.º 4 do artigo 2.º do Código Penal, quer quando interpretados com o	

sentido de permitir ou impor ao juiz que presidir á fase de instrugao ou julgamento a iniciativa de mandar proceder á notificacjío ai prevista, quer quando interpretados com o sentido de que a falta de resposta por parte do agente a essa notificado, feita depois da acusagáo e sem que esta refira tal notifica^ao e falta de resposta, é susceptível de fundar a condenagao penal.....	305
Acórdáo n.º 46/09, de 28 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma artigo 29-º, alinea/), da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, na interpretacjío de que a pena acessória de perda de mandato pode ser aplicada ainda que a pena principal de prisáo venha a ser substituida por pena de suspensáo de execucjao da pena de prisáo.....	317
Acórdáo n.º 50/09, de 28 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma do n.º 1 do artigo 120.º do Código da Insolvencia e da Recuperado de Empresas, em conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Código Civil, quando interpretada no sentido de que o regime de resolutivo de actos prejudiciais a massa ai previsto é aplicável aos contratos onerosos celebrados pelo insolvente em data anterior á entrada em vigor daquele Código.....	333
Acórdáo n.º 51/09, de 28 de Janeiro de 2009 — Nao conhece dos recursos, por nao coincidencia entre a norma cuja apreciacjío foi requerida e a norma cuja aplicagáo foi recusada.....	347
Acórdáo n.º 54/09, de 28 de Janeiro de 2009 — Nao julga inconstitucional a norma do artigo 1.º, n.º 1, da Lei n.º 1/2004, de 15 de Janeiro, na parte em que conferiu nova redacjío aos artigos 51.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do Estatuto da Aposentado.....	363
Acórdáo n.º 64/09, de 10 de Fevereiro de 2009 — Nao julga inconstitucional o artigo 10.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 103/80, de 9 de Maio, enquanto faz prevalecer sobre qualquer penhor, ainda que de constituiçáo anterior, o privilegio mobiliario geral de que gozam os créditos da Seguranza Social por contribuyes e os respectivos juros de mora	375
Acórdáo n.º 72/09, de 11 de Fevereiro de 2009 —Julga inconstitucional a norma contida no artigo 63.º do Código de Processo Tributario, quando interpretada no sentido de que urna declaracáo que nao comunique de forma autónoma e individualizada o acto notificando, tornando excessivamente oneroso o acesso a Justina administrativa, deve, ainda assim, ser configurada como notiflcaçáo.....	389

- Acórdão n.º 73/09, de 11 de Fevereiro de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas do n.º 2 do artigo 1839.º e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 1842.º do Código Civil, quando conjugadamente interpretadas no sentido de que o ónus da prova dos factos integradores do decurso do prazo preclusivo do exercício do direito de acção de impugnação da paternidade compete aos demandados.....441
- Acórdão n.º 74/09, de 11 de Fevereiro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 12.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, na interpretação de que os contratos de provimento do pessoal docente especialmente contratado do ensino superior politécnico caducam quando não haja acto expreso de renovado..... 421
- Acórdão n.º 91/09, de 11 de Fevereiro de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do artigo 203.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, quando interpretada no sentido de impedir que a entidade administrativa recorrida argua a falta de patrocínio obrigatório a que tenha dado causa, na fase de alegações do recurso contencioso (tramitado nos termos da anterior Lei de Processo nos Tribunais Administrativos) e que, uma vez proferida a sentença, o tribunal fique impedido de conhecer oficiosamente da questão, mesmo face a tal arguição.....453
- Acórdão n.º 92/09, de 11 de Fevereiro de 2009 — Julga orgánicamente inconstitucionais as normas dos artigos 1.º, n.º 1, alínea *a*), 4.º a 11.º, *a* 24.º a 27.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto.....465
- Acórdão n.º 110/09, de 11 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 3 do artigo 86.º do Código de Processo Penal, na parte em que a mesma sujeita à validação, pelo juiz de instrução, da determinação do Ministério Público em aplicar ao processo, durante a fase do inquérito, o segredo de justiça.....481
- Acórdão n.º 126/09, de 12 de Março de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas do artigo 120.º, n.º 1, alínea *b*), e n.º 2, do Código Penal, quando interpretadas no sentido de que a suspensão da prescrição do procedimento criminal a que se refere o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 51-A/96, de 9 de Dezembro, não se engloba no limite máximo da suspensão previsto no n.º 2 do artigo 120.º do Código Penal, e poderá ainda acrescer a esse limite, mesmo quando o facto determinante de tal suspensão tenha ocorrido em data anterior à do começo do prazo prescricional.....489

- Acórdão n.º 127/09, de 12 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional a norma extraída da conjugação dos artigos 322.º, 343.º, n.º 1, e 345.º, todos do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de que cabe ao juiz determinar qual o momento oportuno para que o direito do arguido a "prestar declarações em qualquer momento da audiência, desde que elas se refiram ao objecto do processo" seja exercido, de modo a que não fique prejudicada a clareza do depoimento em curso de uma testemunha.....507
- Acórdão n.º 128/09, de 12 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional a norma ínsita ao artigo 7.º, n.º 3, da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro, na parte em que revoga o n.º 31 do artigo 11.º do Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações quando aplicável a transacções ocorridas depois da sua entrada em vigor e a sociedades abrangidas pelo regime de tributação do lucro consolidado..... 517
- Acórdão n.º 129/09, de 12 de Março de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 8.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, na parte em que se refere a responsabilidade civil subsidiária dos administradores e gerentes por coimas aplicadas a pessoas colectivas em processo de contra-ordenação.....537
- Acórdão n.º 130/09, de 12 de Março de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 115.º, n.º 1, do Código do Trabalho, e 434.º, n.º 2, do Código Civil, quando interpretadas no sentido de que em caso de contratos administrativos de execução continuada, em que uma das partes tenha beneficiado dos serviços prestados que já não poderão ser objecto de resituação em espécie, a declaração de nulidade não abrange as prestações efectuadas; com a consequência de se manter, em relação ao co-contratante, o dever de pagamento do prego correspondente..... 547
- Acórdão n.º 143/09, de 24 de Março de 2009 — Julga orgânicamente inconstitucionais as normas dos artigos 6.º, 7.º, 8.º, n.º 6, 24.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, relativas a denúncia do contrato de arrendamento com fundamento em demolição do locado. . . . 559
- Acórdão n.º 144/09, de 24 de Março de 2009 — Julga inconstitucionais as normas dos artigos 10.º, n.º 4, e 13.º, n.º 1, alínea *a)*, do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pela Portaria n.º 487/83, de 27 de Abril, na redacção dada pelo n.º 1.º da Portaria n.º 884/94, de 1 de Outubro, e a norma do n.º 2.º da Portaria n.º 884/94, de 1 de Outubro, no segmento em que revoga os artigos 19.º e 20.º do referido Regulamento.....567

- Acórdão n.º 145/09, de 24 de Março de 2009 — Julga inconstitucional o artigo 95.º y n.º 3, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, enquanto atribui competência ao juiz da comarca para conceder mandado para entrada em domicílio de pessoa que não dá o seu consentimento, no qual se desenvolvam actividades sujeitas a fiscalização por parte de funcionários municipais..... 581
- Acórdão n.º 151/09, de 25 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 105.º, n.º 4, alínea b), do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), segundo a qual pode ser criminalmente punido quem tenha sido notificado para pagar uma prestação tributária acrescida dos respectivos juros, sem que seja indicado o montante concreto desses juros, nem a forma de os calcular, designadamente por omissão das respectivas taxas, do período de cálculo dos mesmos e das normas legais que os prevêem.....593
- Acórdão n.º 154/09, de 25 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do artigo 134.º, n.º 1, alínea a), do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de permitir a recusa a depor por parte da vítima do arguido, arrolada por este como testemunha.....603
- Acórdão n.º 155/09, de 25 de Março de 2009 — Não julga inconstitucionais as normas do artigo 111.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, e da Portaria n.º 652/99, de 14 de Agosto, quando interpretadas como configurando um contrato de trabalho subordinado de caducidade anual o celebrado pelos docentes, em acumulação, com escolas de ensino privado.....617
- Acórdão n.º 161/09, de 25 de Março de 2009 — Julga inconstitucional a norma da Base XXII, n.º 2, da Lei n.º 2127, de 3 de Agosto de 1965, enquanto consagra um prazo preclusivo de 10 anos, contados da fixação originária da pensão, para a revisão da pensão devida ao sinistrado por acidente laboral, nos casos em que, tendo sido, ao abrigo da Base IX da mesma Lei, judicialmente determinada a entidade responsável a prestação de uma intervenção cirúrgica para além daquele prazo, o sinistrado invoque agravamento da situação clínica derivado dessa intervenção.... 633
- Acórdão n.º 162/09, de 25 de Março de 2009 — Não julga inconstitucional o critério normativo, extraído dos artigos 119.º, alínea /), e 391.º-D do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, segundo a qual a inviabilidade da realização do julgamento em processo abreviado no prazo de 90 dias a contar da dedução da acusa-

ção constituiu a nulidade insanável, conducente a alteração da forma de processo abreviado para a forma de processo comum, com a consequente remessa dos autos, para julgamento, do Tribunal de Pequena Instância Criminal para o Tribunal Criminal.....	653
Acórdão n.º 197/09, de 28 de Abril de 2009 — Não julga inconstitucional a norma do n.º 5 do artigo 150.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, interpretado no sentido de ser inimpugnável a decisão da "Formação de apreciado preliminar" que não admita recurso excepcional de revista, por entender não estarem preenchidos os pressupostos referidos no n.º 1 do mesmo preceito.....	681
Acórdão n.º 199/09, de 28 de Abril de 2009 — Julga inconstitucional a norma do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, na dimensão em que prevê que a indemnização devida, em caso de rescisão com justa causa por iniciativa do praticante desportivo, "não pode exceder o valor das retribuições que ao praticante seriam devidas se o contrato de trabalho tivesse cessado no seu termo".....	701
Acórdão n.º 200/09, de 29 de Abril de 2009 — Julga inconstitucional a norma contida no n.º 2 do artigo 772.º do Código de Processo Civil, na parte em que prevê um prazo absolutamente peremptório de cinco anos para a interposição do recurso de revisão, contados desde o trânsito em julgado da sentença a rever, quando interpretada no sentido de ser aplicável aos casos em que a acção na qual foi proferida a decisão cuja revisão é requerida foi uma acção oficiosa de investigação de paternidade, que correu a revelia e seja alegado, para fundamentar o pedido de revisão, a falta ou a nulidade da citação para aquela acção.....	719
— C) outros processos.....	727
Acórdão n.º 180/09, de 15 de Abril de 2009 — Não conhece dos recursos interpostos de deliberações da Comissão Nacional de Eleições, por não constituírem actos de administrado eleitoral judicialmente impugnáveis através do meio processual previsto no artigo 102.º-B da Lei do Tribunal Constitucional.....	729
Acórdão n.º 209/09, de 30 de Abril de 2009 — Nega provimento ao recurso de deliberação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) que ordenou a reposição de propaganda política removida pela Câmara Municipal.....	741

II — Acordãos assinados entre Janeiro e Abril de 2009 não publicados no presente volume.....	763
III — índice de preceitos normativos.....	785
1 — Constituído da República.....	787
2 — Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro (Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional).....	791
3 — Diplomas relativos a eleições.....	793
4 — Diplomas e preceitos legais e regulamentares submetidos a juízo de constitucionalidade.....	795
IV — Índice ideográfico.....	801
V — índice geral.....	81